




SERVIÇO SOCIAL E CONSERVADORISMO REACIONÁRIO: REAFIRMAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993

Social work and reactionary conservatism: reaffirmation of 1993 code of ethics


Tathiane Conceição Silva de Souza*

 <https://orcid.org/0009-0004-1542-1403>

Jardson Silva**

 <https://orcid.org/0000-0002-2565-1526>

Quitéria Gabriela Cabral Xavier ***

 <https://orcid.org/0000-0002-1857-9589>

Andréa Lima da Silva****

 <https://orcid.org/0000-0002-8993-6491>

RESUMO

O presente artigo analisa os desafios postos à direção social hegemônica do Serviço Social brasileiro e a atualidade do Código de Ética de 1993 no cenário de avanço do conservadorismo reacionário, que ganhou visibilidade política no contexto de disputa de direção das jornadas de junho/2013, consolidando-se mediante o golpe de 2016, com a vitória eleitoral de Bolsonaro em 2018 e a construção do bolsonarismo. A partir do entendimento do/a assistente social enquanto profissional inscrito na divisão social do trabalho e de natureza interventiva na realidade social, podemos apreender que as transformações no cenário político, econômico e social impactam diretamente o fazer profissional desta categoria. Nesse ínterim, à luz do método do materialismo histórico-dialético, realizamos uma pesquisa bibliográfica, em autores/as da área do Serviço

*Assistente Social. Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, Brasil). E-mail: tathiane.silva.016@ufrn.edu.br

**Assistente Social. Mestrando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, Brasil). E-mail: jardson.silva@ufrn.br

***Assistente Social. Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, Brasil). E-mail: quiteria.xavier.102@ufrn.edu.br

****Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Recife, Brasil). Docente dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, Brasil). E-mail: andrea.silva@ufrn.br

DOI 10.22422/temporalis.2023v23n46p173-187



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2023 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Social e afins, objetivando discutir os rebatimentos do contexto brasileiro a partir das jornadas de junho/2013 ao tempo presente no Serviço Social contemporâneo, bem como as tendências profissionais que emergem, ou se reatualizam sob novas vestes, no panorama em análise. Com o esgotamento do projeto neodesenvolvimentista no Brasil, houve um recrudescimento da insatisfação de extratos da classe trabalhadora, bem como da elite nacional que vinha bradando o antipetismo. Essa realidade rebateu no Serviço Social através de novas morfologias do trabalho, bem como em disputas nas tendências profissionais, das quais se destacam o pragmatismo e sincretismo, que rejeitam a cultura profissional crítica hegemônica na profissão.

PALAVRAS-CHAVE

Conservadorismo reacionário; Tendências profissionais; Código de Ética; Jornadas de junho/2013.

ABSTRACT

This article analyzes the challenges posed to the hegemonic social direction of Brazilian Social Work and the current status of the 1993 Code of Ethics in the scenario of advancing reactionary conservatism, which gained political visibility in the context of the dispute over the direction of the June 2013 protests, consolidating through the 2016 coup, with Bolsonaro's electoral victory in 2018 and the construction of Bolsonarism. From the understanding of the social worker as a professional enrolled in the social division of labor and of an intervention nature in social reality, we can understand that transformations in the political, economic and social scenario directly impact the professional practice of this category. In the meantime, in light of the method of historical-dialectical materialism, we carried out bibliographical research, on authors in the area of Social Work, aiming to discuss the consequences of the Brazilian context from the June 2013 protests to the present time in the contemporary Social Work, as well as the professional trends that emerge, or are updated under new guises, in the panorama under analysis. With the exhaustion of the neo-developmental project in Brazil, there was a resurgence of dissatisfaction among sections of the working class, as well as the national elite who had been shouting antipetism. This reality impacted Social Work through new morphologies of work, as well as disputes in professional trends, of which pragmatism and syncretism stand out, which reject the hegemonic critical professional culture in the profession.

KEYWORDS

Conservatism Reactionary; Professional Tendencies; Code of Ethics; June 2013 protests.

Introdução

O Serviço Social brasileiro é diretamente impactado pelas tendências que o capitalismo assume nos diferentes momentos históricos. Dessa maneira, o presente artigo analisa os desafios postos à direção social hegemônica do Serviço Social no Brasil e a atualidade do Código de Ética do/a assistente social de 1993 no cenário de avanço do conservadorismo reacionário, que ganhou visibilidade política no contexto de disputa da direção das jornadas de junho/2013, consolidando-se mediante o golpe de 2016, com a vitória eleitoral de Jair Messias Bolsonaro pelo Partido Social Liberal (PSL) em 2018 e a construção do bolsonarismo. Trata-se de apreender como a direção social do projeto ético-político profissional, notadamente com os princípios e valores expressos no Código de Ética do/a assistente social de 1993 (CE/1993), é fundamental para assegurar resistência e orientação na perspectiva da defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Diante da realidade brasileira que se desenhou nos últimos dez anos, é imprescindível para o Serviço Social reafirmar os princípios éticos libertários, de recusa do conservadorismo e de toda exploração, opressão e dominação da classe trabalhadora (Barroco; Torres; CFESS, 2012). Nesse sentido, realizar o debate aqui em tela é substancial para reafirmar a

atualidade do CE/1993 e sua potencialidade estratégica para o enfrentamento dos desafios profissionais que emergiram na última década, com novas morfologias do trabalho, bem como novas tendências profissionais com a pretensão de romper com o projeto profissional, como será abordado adiante.

Em tempos de desproteção social, regressão de direitos, demonização da coisa pública, ataque direto do bolsonarismo aos princípios democráticos — dentre tantos outros episódios, destacamos os atos criminosos de 8 de janeiro de 2023, liderado por grupos bolsonaristas na praça dos três poderes em Brasília — , é urgente em todos os espaços profissionais — desde a graduação, pós-graduação aos espaços ocupacionais de trabalho — a afirmação, defesa, e até mesmo a reconstrução de valores democráticos, ampliação e consolidação, novamente, da cidadania, defesa da universalização do acesso aos serviços sociais gratuitos e de qualidade, como preconiza o Projeto Ético-Político Profissional.

Para desenvolvermos nossas análises, esta produção recorre ao método de análise crítico dialético para melhor apreensão do real, onde abarcamos as categorias da totalidade, contradição, mediação e historicidade, enquanto principais unidades dialéticas (Prates, 2016). Assim, o percurso metodológico versa em um caráter qualitativo, com revisão de literatura, à luz de autoras e autores que debatem as tendências conservadoras e os desafios profissionais, e análise dos documentos norteadores da profissão, como o CE/1993, a partir da perspectiva deste enquanto instrumento estratégico de resistência. Além disso, buscamos nos debruçar em análises críticas que qualificaram o sentido histórico-político das jornadas de junho/2013, bem como seus rebatimentos para a realidade brasileira e para o Serviço Social nacional. Esse percurso metodológico foi adotado a fim de analisar o cenário em tela como catalisador da emergência/reatualização de tendências profissionais que rejeitam a cultura crítica do Serviço Social.

O artigo está estruturado em quatro itens: a introdução que ora vos apresentamos; na seção seguinte, denominada “Das Jornadas de Junho de 2013 ao golpe de 2016: a ascensão do conservadorismo reacionário no Brasil” buscamos apreender o percurso que levou a ascensão do conservadorismo reacionário no Brasil; em seguida, no item “Tendências profissionais em evidência: influxos da herança conservadora para o serviço social no tempo presente” tecemos algumas articulações dessa realidade com o Serviço Social brasileiro, a fim de apreender as repercussões desse cenário político, econômico e social para a profissão. Por fim, nas considerações finais, trazemos reflexões pertinentes a necessidade de reafirmação do Código de Ética de 1993 como elemento crucial de resistência à reação conservadora no seio profissional.

Das Jornadas de Junho de 2013 ao golpe de 2016: a ascensão do conservadorismo reacionário no Brasil

O período da gestão petista no Brasil, entre a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva seguidos pela posse de Dilma Rousseff, ambos pelo Partido dos Trabalhadores (PT), na cena histórica de 2003-2016, denominado como neodesenvolvimentismo (Keller, 2019), deu seus primeiros sinais de desgaste nas manifestações de junho de 2013, que tiveram dois momentos, com protagonismos distintos. No primeiro, as “Jornadas de Junho de 2013”,

como ficaram conhecidas as manifestações estudantis, foram iniciadas em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, a partir das reivindicações do Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento das tarifas de transporte público. Essas manifestações encararam duras repressões da Polícia Militar, bem como tiveram cobertura midiática negativa, sendo os/as estudantes que protagonizaram o movimento denominados/as de vândalos pela mídia burguesa.

Em um segundo momento, a imagem social destas manifestações adquiriu outra perspectiva, onde a mídia cobria os protestos como um movimento pacífico, contra os gastos da copa do mundo — sediada no Brasil no ano de 2014 — e a corrupção — em uma concepção abstrata — do Governo Federal, na figura de Dilma Rousseff (PT). Logo, aquilo que se iniciou protagonizado pelo MPL, de origem do movimento estudantil e com pautas populares, se transformou em um movimento espontâneo, que logo foi ocupado e conduzido por grupos políticos de posições liberais e conservadoras, voltando aqueles atos contra o governo federal, a corrupção e a político-partidária (Keller, 2019).

Nesse contexto, temos acordo com a análise de que:

[...] junho de 2013 foi o momento em que a “direita” conservadora reemergiu na cena política das ruas, corroborando para o esgotamento do projeto neodesenvolvimentista, o que culminaria em uma convergência de crises, as quais desaguaram no impeachment da presidenta Dilma em 2016 (Keller, 2019, p. 100).

Somando-se a esse contexto, o desgaste do governo de conciliação de classes continuou e teve expressão na acirrada reeleição de Dilma Rousseff em 2014, endossado em 2015 pela Operação Lava Jato — que investigou políticos envolvidos em esquemas de corrupção, onde a mídia burguesa se aproveitava para ludibriar os dados, apontando apenas aos investigados pertencentes ao PT —, escândalos na Petrobrás e a formação do Movimento Brasil Livre (MBL). Este, juntamente a outros movimentos de direcionamento político-social de direita e conservador, organizou, através das redes sociais, protestos que ocuparam as ruas tendo como principais demandas denunciar a corrupção no país — de forma desistoricizada e abstrata, centralizado na figura do PT como fonte de toda mazela do país — e reivindicar o *impeachment* da presidente eleita democraticamente nas eleições de 2014.

É importante destacar o cenário político-econômico mundial desfavorável no que se refere ao financiamento de políticas sociais que Dilma Rousseff encontrou, desde o final de seu primeiro mandato. Assim, sua gestão refletia as consequências da crise do capital mundial dos anos de 2008–2009 para a periferia do capitalismo, onde os países de economia central voltaram a se apropriar de forma mais dura do fundo público dos países de economia periférica. Assim, é possível atestar a incompatibilidade da estratégia de conciliação de classes de forma duradoura na ordem social da sociabilidade capitalista, o que levou o partido dos trabalhadores a perda de apoio social com os setores populares brasileiros e o Brasil a uma crise política, que foi endossada pela já caracterizada crise econômica.

Nessa perspectiva, Keller (2019) analisa que

as manifestações de junho de 2013 e a polarização nas eleições de 2014 foram os sintomas mais evidentes de que o neodesenvolvimentismo se esgotava como estratégia de conciliação de classes, que só servia enquanto a autonomia concedida ao Estado não interferisse na hegemonia dos interesses da elite econômica (Keller, 2019, p. 104).

Submerso em um contexto de crise político-econômica, o cenário brasileiro se torna o espaço propício para o conservadorismo se apresentar como alternativa à realidade que está posta. Conforme sinaliza Costa (2017), a crise econômica foi a responsável pela ascensão da extrema direita na Europa e em outras regiões, a exemplo de Donald Trump nos Estados Unidos da América e da figura de Jair Messias Bolsonaro no Brasil. Nesse contexto, conforme sinaliza Keller (2019),

[...] o Estado representaria o sinônimo da má gestão, culpabilizado pela crise econômica, além de ser agente de desvio de recursos públicos, sendo necessária a eleição de candidatos “antipolíticos” para ocuparem cargos políticos, que representem a ética, o crescimento e a ordem (Keller, 2019, p. 104).

Dessa forma, as frentes conservadoras, que nunca estiveram ausentes da realidade brasileira, se fortalecem com suas pautas antiprogressistas, surfando na onda do antipetismo pulsante no país e se colocando como uma alternativa a elite nacional como sustentação dos interesses do capital, tendo em vista que as estratégias da esquerda hegemônica no país se mostravam esgotadas. Ademais, os suspiros progressistas de reconhecimento de direitos da classe trabalhadora já vinham há tempos incomodando parcela da elite nacional, que historicamente tem se apresentado enquanto antinacional, antipovo e aliada aos interesses do capital estrangeiro (FERNANDES, 2009) fato este que, também, contribuiu para a adesão ao projeto conservador.

As manifestações de junho de 2013 redirecionadas pela direita liberal-conservadora brasileira, a não aceitação do resultado das eleições de 2014, às movimentações antipetistas nas redes sociais e nas ruas em 2015 — com a pauta contra a corrupção — e outros movimentos levaram a um desfecho político de um Golpe de Estado parlamentar, midiático e com suporte do Judiciário brasileiro (Behring, 2018). Essa foi a alternativa da burguesia brasileira para se alinhar com as novas demandas do neoliberalismo no mundo, tendo em vista que o governo petista não mais o fazia com a velocidade desejada.

[...] os governos petistas, embora tenham feito tentativas de remediar as profundas desigualdades sociais com programas de transferência de renda, necessários, mas insuficientes, não abandonaram as medidas neoliberais — o que era esperado de um governo oriundo de um partido com viés trabalhista, já que as políticas de corte neoliberal atingem frontalmente a classe trabalhadora. O que procuramos demarcar é que, embora as forças sociais progressistas que conduziram ao poder os governos petistas pudessem ter, em sua origem, a tarefa de alterar a natureza do projeto societário, com consequências para todas as áreas, isso não foi alcançado — quiçá efetivamente tentado. (Stampa; Rodrigues, 2022, p. 21).

Para os propósitos deste artigo, cabe evidenciar como se portou a Frente Parlamentar Evangélica, maior representante do conservadorismo brasileiro na instância político-institucional, nesse Golpe de Estado sob as vestes de um impeachment. É importante considerar que os valores e proposições defendidos por esta Frente se opõem diretamente aos valores e direção social presentes no Código de Ética de 1993. Keller (2019, p. 110) destaca que “[...] a dita Bancada Evangélica, em comparação com os demais grupos, votou apoiada mais veementemente em justificativas afinadas com o universo da tradição e da moral, e menos com valores democráticos”. Isso sinaliza as intenções desses grupos na condução do país, que se basearia mais na moral cristã. Diferente disso, os fundamentos do Código de Ética profissional estão ancorados em uma concepção de ética histórica, que sinaliza para o entendimento da totalidade social e que reconhece a luta de classes como motor da história.

Após o golpe de 2016, o governo ilegítimo de Michel Temer, pertencente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB/2016–2018), deu início a uma terceira fase do neoliberalismo no país, que se adequa às necessidades dos desdobramentos da crise do capital internacional de 2008/2009. Nesse contexto, a realidade brasileira pós-golpe de 2016 pode ser caracterizada por duras contrarreformas do Estado, que colocaram em xeque a proteção social do país.

Nesse panorama, as massas populares continuam insatisfeitas com o cenário político mesmo depois do que boa parte achava ser a solução: o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a superação do PT no país. Essa realidade dura experienciada no governo Temer, de continuidade e aumento do desemprego, endividamento das famílias, aumento da pobreza, dentre outras implicações, somada ao cenário anterior do fim do governo petista, leva ao que Keller (2019) caracteriza como um sentimento coletivo de descrédito na representação política.

Concomitante a esse processo, é possível identificar a extrema direita em constante alinhamento com o conservadorismo brasileiro, tendo em vista que as frentes conservadoras no país sempre estiveram intimamente ligadas com as vertentes liberais desde sua gênese¹, não sendo possível fazer uma distinção rígida entre eles. Nesse sentido, encontra-se uma identificação das pautas liberais e conservadoras no Brasil, ao passo em que

[...] houve uma captura dos conservadores para as pautas liberalizantes no âmbito econômico, quando se publiciza em demasia as questões “identitárias”. Sob pretensa ameaça de atacar os valores tradicionais da família brasileira, os conservadores ligados à manutenção da heteronormatividade, patriarcalismo, em

¹Aqui, cabe destacar que a gênese do conservadorismo no Brasil se deu de forma distinta de países de economia central, que experienciaram revoluções para a implementação do capitalismo, onde o conservadorismo clássico fez frente aos avanços da burguesia nascente. Nesses países, somente em um segundo momento a burguesia se apropriou da vertente de pensamento conservador para realizar a manutenção de sua ordem social hegemônica. No Brasil, afirma Keller (2019, p. 137) “[...] os interesses dos conservadores se fundiram aos propósitos de integração do país ao sistema capitalista internacional, quando o conservadorismo nacional se transmuta da defesa da ordem escravocrata e monárquica para o capitalismo”, não havendo distinção entre os liberais e os conservadores no país.

síntese, consensos norteadores do seu pensamento, findam por deslocar seu posicionamento político para o liberalismo econômico, à medida que a esquerda é associada ao desregramento dos valores cultuados por este setor (KELLER, 2019, p. 138-139).

Nessa perspectiva, liberais e conservadores unificam suas pautas em um movimento onde o neoliberalismo encontra, além de argumentos econômicos, fundamentalismo moral para realizar as contrarreformas do Estado mediante o entendimento de que as políticas públicas que materializam direitos — a exemplo de direitos referentes à diversidade sexual e de gênero, bem como direitos reprodutivos das mulheres — são formas do Estado se apropriar dos papéis de cuidado da família, igreja e comunidade (Irineu *et al.*, 2020).

Dessa maneira, após o Golpe de Estado de 2016, o governo ilegítimo de Michel Temer e a eleição de Bolsonaro em 2018, há uma nova forma de se expressar do pensamento conservador no Brasil, o qual é caracterizado por santificar a família, demonizar conquistas de direitos individuais, sociais e trabalhistas e se aliar ao fundamentalismo cristão, exaltando a família tradicional como alternativa ao investimento estatal na proteção social (Mota; Rodrigues, 2020), sendo essa nova dinâmica encarada como estratégias de saída da crise econômica e política em que o Brasil se encontrava. Ademais, esses discursos reproduzidos pelas figuras do conservadorismo apresentam um posicionamento contrário aos avanços sociais e políticos que objetivam a ampliação de direitos a segmentos historicamente oprimidos, a exemplo dos povos tradicionais, população negra, mulheres e pessoas LGBTI+.

É verdade que Deus sempre frequentou o discurso dos políticos brasileiros. Também é fato que a bancada religiosa já ocupava um espaço significativo nos governos anteriores. No entanto, com o golpe, esses discursos e medidas iniciais são, do ponto de vista simbólico e prático, ainda mais marcantes para compreender a relevância que o conservadorismo moral terá nas políticas de governo. O que antes parecia ser apenas uma agenda oculta agora escancara seus interesses e projetos com um braço forte no Executivo. (Quinalha, 2016, p. 112).

É nessa realidade que o Serviço Social se insere e recebe demandas, que são mediadas pela direção social conservadora imposta pelo governo federal passado e pelo bolsonarismo ainda presente na atualidade, por meio das políticas sociais e da adesão a este projeto conservador por parte significativa da classe trabalhadora, em seus extratos mais precarizados, que é sua população usuária. Enquanto profissão inscrita na divisão social do trabalho e de natureza interventiva na realidade social, ao utilizar das políticas sociais para materializar direitos da classe trabalhadora, o Serviço Social será fortemente impactado e enfrentará vários desafios na sua atuação profissional, desde atuar na direção social presente no CE/1993, até desenvolver seu fazer profissional em políticas com desfinanciamento progressivo de um Estado cada vez mais vítima de contrarreformas. Nesse sentido, diante da precarização de trabalho de assistentes sociais — tanto enquanto parte da classe trabalhadora desprotegida, quanto nas suas condições de trabalho com políticas sociais desfinanciadas — a profissão se vê diante de uma realidade marcada pela nova morfologia do trabalho (Antunes, 2018).

Nesse contexto, os/as profissionais do Serviço Social se direcionam para caminhos divergentes. De um lado, a direção hegemônica da profissão, dirigida pelas entidades representativas da categoria, como o conjunto do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), caminha se firmando nos fundamentos da profissão — embasados no Código de Ética profissional (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93) e nas Diretrizes Curriculares para formação profissional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) — e em construir alternativas coletivas para enfrentar a realidade da nova face de um Brasil de recrudescimento da desproteção social, inaugurado com o Golpe de 2016, que concretizou o fim do projeto neodesenvolvimentista no país.

Do outro lado, se encontram tendências profissionais que caminham no sentido de se alinhar com a nova ordem do capitalismo no país, se constituindo enquanto profissionais que não se sentem representados pelo arcabouço da cultura profissional crítica, que rompeu com o conservadorismo presente no Serviço Social no processo de Renovação Profissional (Netto, 2015). Essa vertente profissional se sente legitimada para atuar a partir de uma realidade brasileira submersa no conservadorismo, que alinha aspectos morais e sociais a políticas econômicas liberais e interpreta as desigualdades sociais como naturais, realiza a defesa das liberdades individuais e faz apologia à meritocracia (Keller, 2019). Nesse sentido, o próximo item se propõe a desenvolver de forma qualificada essas tendências em disputa na categoria profissional.

Tendências profissionais em evidência: influxos da herança conservadora para o Serviço Social no tempo presente

Historicamente, o Serviço Social brasileiro esteve imerso nas transformações societárias resultantes do avanço da sociedade capitalista, tendo em vista sua inserção na divisão social e técnica do trabalho. A profissão teve sua origem diretamente marcada por um cenário de aprofundamento da sociabilidade burguesa, no decurso do estágio do capitalismo monopolista. Na análise de Netto (2011), a emergência do Serviço Social enquanto profissão se configura num contexto socio-histórico demarcado pelo acirramento das contradições entre o capital e o trabalho, onde o Estado passou a ser requisitado para intervir no enfrentamento das expressões da “questão social”, em que assistentes sociais foram “[...] investidos como um dos agentes executores das políticas sociais” (Netto, 2011, p. 74).

No decorrer desse cenário de amadurecimento do capital na sociedade brasileira, o Serviço Social foi se desenvolvendo enquanto profissão e, em consequência, se transformando. Ao situá-lo no bojo dos processos de reprodução das relações sociais, se observam respostas profissionais que atendem aos interesses contraditórios da sociabilidade do capital, no contexto da luta de classes. Desse modo, considerando esses antagonismos estruturais que vão, sobremaneira, determinar os processos de reprodução social, o Serviço Social não pode ser pensado isolado da conjuntura socio-histórica na qual se insere, ou seja, é preciso considerar os arranjos macroestruturais decorrentes da acumulação capitalista e a disputa dos projetos societários pelas classes sociais fundamentais.

Embora a profissão tenha fortalecido sua interlocução com a tradição marxista a partir do movimento de renovação profissional, sobretudo do momento que Netto (2015) denominou de intenção de ruptura², o que lhe conferiu um viés crítico, tem-se no tempo presente movimentos de caráter conservador e reacionário, que expressam negação a este patamar de maturação intelectual que a categoria alcançou ao longo dos anos. Apesar de ser no bojo da redemocratização do país que a profissão procurou “[...] somar-se às forças propulsoras de um novo projeto de sociedade” (Iamamoto, 2004, p. 38), alinhada aos interesses da classe trabalhadora e à perspectiva crítica, é neste mesmo cenário que se desenha a ascensão da ofensiva neoliberal no Brasil, onde as políticas sociais anunciadas na Constituição Federal de 1988 passam a impulsionar a rotação e valorização do capital em um contexto de crise estrutural.

O neoliberalismo, sem dúvidas, proporcionou transformações significativas na sociedade brasileira, contexto em que se aprofunda ainda mais a hegemonia burguesa no Estado. Esse ideário econômico, político e social apontava, inicialmente, para uma perspectiva de intervenção mínima estatal na área social. No entanto, corroboramos com Behring (2018) ao afirmar que,

[...] o neoliberalismo não minimizou a intervenção do Estado, conforme seus anúncios de primeira hora, pois esse permaneceu com forte presença econômica e social, e intensa capacidade extrativa, já que não diminuiu a carga tributária na maior parte dos países, pelo contrário. Tudo indica que a diminuição do “peso” do Estado vinculou-se mais às privatizações e à diminuição da tributação sobre os riscos, mas sem diminuir a carga tributária, ou seja, sustentando-a cada vez mais sobre o trabalho necessário. O Estado, então, redireciona a alocação do fundo público, sendo elemento constitutivo dessa lógica destrutiva (Behring, 2018, p. 50).

Não podemos desconsiderar os efeitos deletérios do neoliberalismo para as políticas sociais e, conseqüentemente, para os direitos sociais que deixaram de ser ofertados com primazia pelo Estado, sendo o mercado o agente primordial para a obtenção do seu acesso. Nos dizeres de Keller (2019, p. 63), as respostas do Estado no que se refere às demandas da classe trabalhadora foram marcadas pela tônica da “[...] oferta de direitos como valores de troca, como produtos trocáveis [...], negando e bloqueando o seu valor de uso, pela primazia do consumo caso o dado trabalhador ou trabalhadora não tenha condições de comprá-lo.”

Em meio as perversidades impostas pelo neoliberalismo, em que os direitos e políticas sociais são transformados em “[...] ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise” (Behring; Boschetti, 2010, p. 156), o Serviço Social, enquanto profissão já amadurecida, apresentou-se em oposição ao que se colocava no quadro conjuntural. Este período intensamente marcado pela privatização, focalização e

² A partir da década de 1960, período em que o Brasil vivenciava uma ditadura civil-militar, o Serviço Social foi marcado por um processo de renovação profissional que, segundo Netto (2015), se consolida em três perspectivas: a modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. A partir desta última, que se deu em meados do final da década de 1970, a profissão começa a buscar o rompimento com o tradicionalismo, com as práticas conservadoras e suas implicações teórico-metodológicas e prático-profissionais.

descentralização — trinômio articulado do ideário neoliberal — resultou no aprofundamento da precarização do trabalho, na regressão de direitos socialmente conquistados e no crescimento significativo do setor privado, repercutindo consideravelmente na profissão que se colocava em defesa dos interesses da classe que vive do trabalho.

A ascensão do neoliberalismo na década de 1990 significou, para o conjunto da classe trabalhadora brasileira, um período de negação e regressão de direitos já consolidados, que restringiu um Estado provedor do bem-estar social ainda em construção. Para o Serviço Social representou, contraditoriamente, a precarização dos espaços de trabalho, especialmente ao considerarmos a sua inserção majoritária nos serviços públicos, bem como o amadurecimento da perspectiva crítica que vinha sendo concretizada desde o período da renovação profissional. O fortalecimento de uma direção crítica no âmbito da profissão se apresentava enquanto um desafio, mas isto se manteve nos anos consecutivos enquanto forma de resistência na contramão do neoliberalismo.

Como viemos discutindo, o Serviço Social não é uma ilha impenetrável, sendo também determinado pelas transformações societárias do seu tempo. É incontestável que tanto a instauração do neoliberalismo quanto a ascensão do neodesenvolvimentismo e o seu esgotamento repercutiram no trabalho profissional de assistentes sociais. Sobre esse cenário de contradições, Keller (2019, p. 88) analisa que a profissão esteve “[...] entre a intencionalidade dos agentes profissionais e as requisições institucionais”, tendo em vista a renovação dos desafios postos pela conjuntura para a manutenção da hegemonia crítica que se havia conquistado, além de ser necessário considerar as significativas mudanças no corpo profissional.

Frente a esses desafios se destacam a atuação profissional num contexto em que as políticas sociais são os principais alvos da privatização e da mercantilização, em que assistentes sociais são requisitadas/os a exercer critérios de seletividade, focalizar benefícios, além de executar serviços sem quaisquer condições de trabalho. Isso resultará em implicações ao exercício profissional, pois, ainda que parte dos/as profissionais busquem estar ancorados/as e comprometidos/as ético e politicamente com o projeto profissional, os resultados do seu trabalho estarão condicionados às limitações das políticas sociais e de suas condições de trabalho.

Paradoxalmente aos resquícios do esgotamento do projeto neodesenvolvimentista materializado através do golpe de 2016, se desenhou no cenário nacional uma ofensiva conservadora e um plano político na terceira fase do neoliberalismo no país, caracterizada por contrarreformas no Estado e um desmonte da proteção social, como discutido anteriormente. A ascensão da “nova direita brasileira”, legitimada com a eleição de Bolsonaro em 2018, fortaleceu o apelo de parte da população à anticorrupção, ao fundamentalismo religioso e contra a suposta invasão comunista no país, como esta direita de novo tipo identificava toda e qualquer expressão de esquerda. Rodrigues e Mota (2020) são assertivas ao afirmar que frente à crise do capital já instaurada na realidade brasileira, à hipertrofia do capital financeiro e à ofensiva conservadora e ultraneoliberal, as classes

dominantes promoveram as condições materiais e subjetivas para a passivação das classes subalternas aos seus interesses materiais e políticos.

Esses aspectos foram cooptados por parte massiva de assistentes sociais que, em contramão a cultura crítica profissional e sua maturação intelectual a partir da absorção da teoria social marxista, se abastece ideologicamente desse conservadorismo reacionário. Ainda que a profissão apresente hegemonicamente uma direção social crítica, em que o CE/1993 é produto e expressão das mais significativas, o conservadorismo nunca deixou de constituir o meio profissional, contudo, ele “[...] vem se reatualizando e se fortalecendo por algumas determinações societárias, sem as quais não seria possível entender esse avanço” (Boschetti, 2015, p. 639).

Nesse sentido, movimentos reacionários têm marcado a vitalidade do conservadorismo no âmbito do exercício profissional do Serviço Social na contemporaneidade, assim como na produção de conhecimento, sendo alimentados por tendências ideológicas e políticas regressivas que invadem a vida cotidiana no Brasil. De forma mais acentuada, observam-se ofensivas conservadoras explicitamente de caráter pragmático, antimarxista e pretensamente neutro em relação aos parâmetros políticos e ideológicos hegemônicos da profissão³.

O avanço do projeto conservador, a partir do esgotamento do neodesenvolvimentismo, com grande participação de um viés religioso, tem apresentado repercussões retrocedentes não somente para a sociedade, mas também para as profissões. A realidade tem evidenciado a ascensão de ideologias cristãs fundamentalistas em detrimento dos fundamentos do materialismo histórico-dialético, o qual funda a perspectiva crítica do Serviço Social no âmago da renovação profissional. Para Mota e Rodrigues (2020, p. 206)

[...] assiste-se hoje ao robustecimento do fundamentalismo religioso, que ao exportar seus conservadorismos para o âmbito do Serviço Social, atinge o exercício profissional por força de respostas místicas, etéreas e obscurantistas às problemáticas sociais contemporâneas que incidem nos comportamentos dos sujeitos, visando alterar sua conduta. Seu resultado mais imediato é o tratamento das problemáticas-objeto como questão moral.

O conservadorismo fundamentalista em conjunto com o sucateamento das políticas sociais, tem repercutido em uma reatualização da antiga “psicologização” da questão social⁴, requisitando a retomada de uma atuação profissional pautada na correção e

³ Uma de suas principais expressões é o chamado “Serviço Social Libertário” que, apoiado no documento intitulado “23 Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro”, desde 2016 vem disseminando nas redes sociais o propósito de difundir ideias liberais no seio profissional. Este movimento que é declaradamente contrário ao projeto ético-político profissional de 1993 e aos aportes marxistas, deixa claro seu objetivo de “trazer a teoria liberal para dentro do universo do Serviço Social, apresentando outras propostas de soluções para os problemas econômicos e sociais do país, que não seja a ‘ditadura do proletariado’ e a utópica ‘revolução comunista’”.

⁴ Aqui, nos referimos ao debate sobre Serviço Social Clínico, que não é novo na profissão. Em 2003, a 1ª edição da Revista Em Foco, organizada pelo CRESS 7ª Região em parceria com a UERJ, já discutia sobre o tema a partir de debates realizados no âmbito da universidade, bem como dos ocorridos em meio virtual desde o

ajustamento dos indivíduos, ressuscitando, no âmbito do Serviço Social, sua herança moralizante. Embora tenhamos na esfera da legislação profissional documentos que dispõem sobre a vedação de práticas terapêuticas associadas ao exercício profissional de assistentes sociais, como a Resolução do CFESS nº 569/2010, esse discurso vem ganhando força no tempo presente, sob uma “[...] conjuntura que vem demandando intervenções nas relações sociais cada vez mais despolitizadas e no plano individual” (Keller, 2019, p. 158).

É neste sentido que temos discutido que a profissão reflete as contradições e as tendências da conjuntura social, histórica e política em que está inserida, seja no âmbito da luta por hegemonia entre projetos societários, seja no cerne dos projetos profissionais. As transformações no mundo do trabalho, sua precarização, o desemprego, a incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), bem como a formação profissional em uma lógica de aligeiramento, tecnificação e Ensino à Distância incidem tanto no mercado de trabalho do Serviço Social, quanto no exercício profissional de assistentes sociais e demais profissionais. Nos últimos anos, sobretudo com o advento da pandemia do coronavírus e suas diversas expressões para a vida social, temos analisado uma tendência ao trabalho autônomo, que para o Serviço Social tem se apresentado por meio de práticas de ensino, das mentorias ou no ramo das perícias judiciais, práticas que devolvem a profissão ao olhar técnico-operativo dissociado das dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas que são fundamentais ao projeto ético político, reafirmado no Código de Ética de 1993. Dessa forma, retrocedemos a análises da realidade de forma fragmentada, a partir da desarticulação entre teoria e prática.

O exercício das competências e atribuições profissionais de forma autônoma, sem a cobertura de qualquer vínculo empregatício, por meio da prestação de serviços, tem comumente sido denominado como “Serviço Social Autônomo”. Essa tendência tem implicado em atividades profissionais temporárias, em que assistentes sociais são remuneradas/os por projeto ou tarefa, especialmente através da venda de serviços por meio das redes sociais, refletindo as novas determinações e expressões precarizadas do mundo do trabalho.

Na verdade, o que se analisa é que boa parte do trabalho assalariado vem sendo substituído pelo trabalho autônomo ou pela prestação de serviços como forma de sucatear a relação de emprego, promovendo novas formas de subsunção do trabalho aos interesses do capital, nos termos de Marx (1968, 1975). No entanto, cabe-nos problematizar que o trabalho autônomo de assistentes sociais tem se desenvolvido, sobretudo, através da venda de instrumentais técnico-operativos universais para utilização em contextos socioinstitucionais diversos, desprovidos de qualquer análise historicamente determinada, considerando particularidades regionais e locais.

Como resultado, é possível identificar a implicação disso em uma não observância da imbricação necessária entre conhecimento e realidade concreta, conforme proposto pelo método marxista, abrindo espaço para uma visão de mundo fragmentada, capturadas por

início de 2002. Keller (2019) pontua que a reflexão acerca do tema já vem sendo amadurecida desde 1996, remontando ao protagonismo do Conjunto CFESS/CRESS sobre as atribuições profissionais.

tendências irracionalistas ou conservadoras que autonomizam a dimensão técnico-operativa. A consideração isolada desta dimensão, tem resultado em mero tecnicismo, sendo expressão do pragmatismo que acompanha a profissão historicamente, mas que se atualiza sob a direção do conservadorismo em suas expressões contemporâneas.

Esses movimentos que têm penetrado a profissão na atualidade são compostos pela sincrética união de modernas ideologias mercadológicas, típicas da era neoliberal, como o individualismo, a concorrência, a ideia do empreendedorismo e da filantropia. São elementos que, juntos à precarização do trabalho profissional, do desemprego e do alto índice de adoecimento, além das repercussões da formação profissional resultantes da expansão do ensino superior à distância, aligeirada e acrítica, tem deixado sequelas profundas no seio da categoria de assistentes sociais.

Em suma, as tendências profissionais que temos discutido no decorrer deste artigo se situam em dois campos em específico: o do pragmatismo, que se localiza na supervalorização da prática no caráter empirista da profissão, nessa visão de mundo que despreza a teoria crítica, sob a justificativa de que esta não dá conta das respostas imediatas que subsidiem a prática cotidiana, assim como no patamar do sincretismo, que tem suas raízes no ecletismo, sendo a tentativa de a profissão adequar diferentes modelos de intervenção, junto às expressões da “questão social”, tendo como norte o *ethos* burguês de profissão (Netto, 2011).

No campo do sincrético, as discussões aqui apresentadas mostram que o Serviço Social brasileiro não conseguiu erradicá-lo totalmente, assim como aponta Netto (2011, p. 150) quando afirma que “[...] a ultrapassagem do sincretismo teórico — que se expressa no viés do ecletismo — no Serviço Social, conectada à superação do seu lastro no pensamento conservador, é projeto que não erradica o sincretismo da fenomenalidade do seu exercício profissional”. Há, na atualidade, um reforço da perspectiva sincrética que acompanha o inteiro desenvolvimento da profissão, tanto em sua leitura da realidade quanto em sua dimensão interventiva.

Essas tendências profissionais têm como ponto em comum a confluência para a negação do marxismo, a politização à direita da intervenção profissional e o combate à laicidade do Serviço Social brasileiro, sendo, portanto, de caráter conservador por resgatar perspectivas supostamente superadas com a renovação profissional. Desse modo, analisamos que a persistência do conservadorismo, seu caráter de renovação e de funcionalidade à reprodução capitalista a cada conjuntura histórica, exige, para o seu enfrentamento, a afirmação da direção social do projeto ético-político, notadamente com a valorização dos valores, princípios e defesa intransigente dos direitos humanos, conforme apresentado no Código de Ética de 1993.

Considerações Finais

No último decênio, a realidade brasileira tem sido marcada pelo desencanto político-representativo e por sucessivas perdas sociais, decorrentes do aprofundamento do ideário neoliberal, em que as reações conservadoras e reacionárias se apresentaram como

alternativas a esta realidade. Das jornadas de junho de 2013, ao golpe parlamentar, jurídico e midiático de 2016 e a ascensão do bolsonarismo, a realidade brasileira foi marcada pelo recrudescimento do ajuste fiscal permanente, desproteção social nos direitos fundamentais, avanço do conservadorismo, de caráter reacionário, dentre outras implicações que caracterizam o adensamento da “questão social” e da barbárie capitalista.

Nesse contexto, essa realidade tem se expressado de forma bastante contundente para o Serviço Social, abrindo espaço para tendências que incorrem em práticas conservadoras típicas da sociabilidade capitalista, como o individualismo, o pragmatismo, o empreendedorismo, a competitividade, o assistencialismo, entre outros traços que, embora remetam às origens da profissão e ao que convencionamos identificar na literatura como Serviço Social tradicional, não se trata da mera retomada daquele projeto profissional. Diferente disso, o conservadorismo da nova direita, que também se expressa no Serviço Social, atua no desenvolvimento de uma anticultura profissional, que além de negar o conjunto das conquistas teóricas, éticas e políticas do processo de renovação, põe em relevo a defesa de desvalores e o ataque aos direitos do trabalho, da seguridade social pública e universal, à agenda em defesa da diversidade humana, dos direitos humanos, da laicidade do Estado, bem como seus valores democráticos, e do compromisso com os interesses da classe trabalhadora

Mais do que nunca, torna-se necessário recusar abordagens tecnicistas e pragmáticas que anunciam uma *pseudo* aproximação ao cotidiano e contundentes ataques à direção social construída no seio da cultura crítica do Serviço Social brasileiro. Nesse sentido, nesses 30 anos do Código de Ética do/a Assistente Social, é incontestável sua atualidade e validade no enfrentamento do avanço do conservadorismo, dos desvalores e da alienação moral. São muitos os desafios à direção social hegemônica da profissão, mas certamente estaremos com mais capacidade de resistência à invasão conservadora da nova direita reacionária com as armas da crítica construídas coletivamente nas trincheiras do projeto ético-político do Serviço Social.

Referências

ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H.; CFESS (org.). **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, E. R. Estado no Capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. In: BOSCHETTI, I; BEHRING, E; LIMA, R.L. **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2010.

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, 2015.

COSTA, D. Junho de 2013. In: ALVES, G. et al. (coord.). **Enciclopédia do Golpe**. Bauru: Canal 6, 2017. v. 1.

FERNANDES, F. **Nós e o marxismo**. São Paulo: expressão popular, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

IRINEU, B. A. et al. Um balanço crítico acerca da regressão dos direitos LGBTI no Brasil sob ascensão do Bolsonarismo. In: **Diversidade Sexual, Étnico-racial e de gênero: temas emergentes**. Salvador: Editora Devires, 2020.

KELLER, S. B. A. **A ascensão do conservadorismo e o esgotamento do projeto neodesenvolvimentista: implicações profissionais ao Serviço Social**. 2019. 253 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968. Livro 1. v. 1-2.

MARX, K. **Capítulo Inédito de O capital: resultados do processo de produção imediato**. Portugal: Publicações Escorpção, 1975.

MOTA, A. E.; RODRIGUES, M. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. **Katálysis**, Florianópolis, v. 23, p. 199–212, 2020.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

PRATES, J. C. O método e a teoria Marxiana. In: OLIVEIRA, I. F.; PAIVA, I. L.; COSTA, A. L. F.; LIMA, F. C.; AMORIM, K. (org.). **Marx hoje: pesquisa e transformação social**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

QUINALHA, R. “Em nome de Deus e da família”: um golpe contra a diversidade. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, Murilo (org.). **Por que gritamos golpe? para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

STAMPA, I.; RODRIGUES, V. Capitalismo, Estado e Políticas Sociais no Brasil em Tempos de Crise: notas sobre sonhos inquietantes e o pesadelo atual. In: SANTOS, T. V. C.; SILVA, L. B.; MACHADO, T. O. **Trabalho e saúde: diálogos críticos sobre crises**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

Submetido em: 11/09/2023

Aceito em: 22/11/2023